



Sindicato dos Trabalhadores da Direcção-Geral das Contribuições e Impostos

SEDE: R. Antão Girão 91-19

Telef. 29917---SETÚBAL

COMUNICADO Nº 8/81

16/3/81

O GOVERNO QUER CORTAR DIREITOS
ADQUIRIDOS. JÁ!

FAZ, PORÉM PROMESSAS LONGÍNQUAS!...

MAS QUEM FAZ AS PROMESSAS É QUEM MENTIU O ANO PASSADO!

QUE CONFIANÇA PODEMOS TER?

A TODOS OS TRABALHADORES:

I

Este comunicado vem alertar-vos de novo para a grave situação decorrente do modo como estão a evoluir as não-negociações entre os Sindicatos e o Governo sobre a nova tabela salarial. Já, no comunicado anterior, vos demos conta das medidas que o Governo propôs e que são todas elas inaceitáveis, algumas profundamente injustas, outras prepotentes e retirando direitos adquiridos, abrindo as portas à perda das vantagens que adquirimos e que não são mais que a retribuição quase justa (que ainda não justa) do trabalho efectuado.

Além de tudo o mais, nós, os das Contribuições e Impostos, temos de suportar o caso das remunerações acessórias, que nos vem fazer perder as vantagens que conseguimos o ano passado. E, mais grave do que a perda de uns tantos por cento, é especialmente preocupante a intenção de congelamento. Num mundo inflacionário, já pensaram o que representará a verba com que agora ficamos (na intenção do Governo) daqui por 2 ou 3 anos?

O Governo entrou com intuitos (disse) moralizadores. Será que o melhor caminho para isso será retirando direitos aos trabalhadores? Será que é bem servido por descontentes?

E os aumentos? Houve um acréscimo do produto nacional. A proposta da FESAP leva em linha de conta a inflacção e esse acréscimo, como é justo.

Mas o Governo só considera a inflação. Quer dizer: os trabalhadores da Função Pública são cidadãos de segunda ordem, que não têm direito a qualquer melhoria de situação. Para onde vai então o acréscimo?

A Direcção confia que será, no entanto, possível ainda inverter a situação. Isso depende de todos nós, da forma como soubermos reagir, como mostrarmos a nossa vontade. Já fizemos recuar o Governo PS-CDS, o Governo Nobre da Costa, o de Mota Pinto e o 1º Governo AD. Porque não este?

A Direcção, reunida logo no dia seguinte à entrevista com o Ministro, decidiu:

- 1º- Que não pactuava, nem minimamente, com as medidas propostas;
- 2º- Que, se o Governo insistir nelas, se desvinculará do processo e de qualquer colaboração em outros projectos governamentais, pois não dará o seu aval à actual política para a Função Pública;
- 3º- Que o nosso Sindicato procure ao máximo incentivar os seus parceiros na FESAP para uma atitude de firmeza e intransigência;
- 4º- Expressar, publicamente, que somos de parecer que, sem formalismos especiais, sem questões colaterais, se deve tentar uma unidade de acção entre a FESAP e os outros Sindicatos;
- 5º- Fazer, com a máxima urgência a consulta a todos os trabalhadores das Contribuições e Impostos sobre a possibilidade de recurso à greve, se necessário fôr;
- 6º- Convocar uma Assembleia Geral Extraordinária para deliberar sobre a greve, em face do resultado das consultas às bases;
- 7º- Além da acção desenvolvida na FESAP procurar contactar os trabalhadores e Sindicatos dos sectores que têm remunerações acessórias para acções especiais conjuntas daqueles que são os principais prejudicados;

II

- a) Para concretização do ponto nº 5, fazemos acompanhar este comunicado dos boletins de voto indispensáveis. Devem as actas das votações (que também mandamos) ser expedidas até ao dia 26 de Março, imprerivelmente, para que a Assembleia Geral possa deliberar com conhecimento pleno da vontade dos trabalhadores;
- b) As tesourarias são tão prejudicadas como nós. Portanto recomendamos aos nossos delegados e a todos os colegas em geral que contactem os elementos das tesourarias e que, se eles o desejarem, lhes forneçam boletins de voto. Entre os nossos sócios figuram alguns trabalhadores das tesourarias, pelo que é legítima a acção da nossa parte. A penas uma recomendação: nos locais onde as tesourarias votarem, devem as actas ser separadas. Por isso mandamos mais impressos do que

aqueles que seriam necessários.

c) Antes das votações deverão os nossos delegados esclarecer bem todos os colegas, fazendo reunião e debate com eles sobre este assunto. Onde ha ja dificuldades de tempo para estas reuniões, elas poderão ser feitas durante a hora de serviço, podendo os delegados requerê-los ao chefe da repartição, com 48 horas de antecedência, nos termos do despacho do Ministro da Reforma Administrativa, de 7 de Abril de 1978. Nestas condições as reuniões devem realizar-se a partir das 16 horas. Constituem já uma forma de luta;

d) Uma explicação: Nos títulos deste comunicado diz-se que o Ministro que promete agora vagas coisas para o futuro, foi aquele que já nos mentiu. Não o fazemos por uma questão de perseguição, de mobilizar o pessoal ou qualquer outra menos clara. Fazê-mo-lo porque é verdade. O ano passado era Ministro do Trabalho e foi com ele que foi negociado o fim da greve. Foi ele que se comprometeu a fazer uma análise de funções dentro do Ministério das Finanças a fim de se decidir pela nossa subida de letra.

E todos sabem o que aconteceu a essa promessa!

Amanhã segue outro comunicado que informará todos os colegas dos nossos problemas específicos.

Colega mantem-te informado.

PERGUNTA! Faz ouvir a tua voz, para que todos possam dar as mãos e caminhar para mais uma vitória.

Saudações Sindicais

A DIRECÇÃO,


